

2 Arcabouço Teórico

Nesta seção, apresentamos a estrutura teórica que ajuda a compreender o papel de eleitores informados em influenciar o comportamento de partidos políticos. Como não conhecemos nenhum modelo que aborde todas as dimensões tratadas aqui empiricamente, optamos por apresentar uma análise simples, não formalizada, onde nos baseamos nas intuições providas por diferentes modelos da literatura. Começamos a descrever a função daquilo que consideramos o principal objetivo dos partidos políticos, ou seja, maximizar os benefícios provenientes da obtenção do cargo.

Mais formalmente:

$$\text{Max}_{\Theta_t} E[U_{\text{partido político}}]$$
$$\text{onde } E[U_{\text{partido político}}] = \sum_{t=1}^{\infty} P_t(\text{eleito}) \times f(C_t, W_t; \Theta_t)$$

$E[U_{\text{partido político}}]$ é a utilidade esperada de partidos políticos. $P(\text{eleito})$ é a probabilidade do candidato do partido ser eleito. C_t e W_t são rendas obtidas pelo partido quando um afiliado detém o cargo no período t . C_t é uma renda ilícita - no caso, o nível de corrupção do político. A variável W_t é uma renda lícita e pode ser interpretada de inúmeras formas, por exemplo: o político contribui com uma parcela do seu salário para o partido ou o cargo do político eleito permite indicar outros políticos para cargos de confiança gerando mais benefício para o partido. Θ_t é um vetor de variáveis de escolha do partido. No caso, vamos analisar apenas essas dimensões, o partido escolherá a qualidade do candidato (Aragon, 2008) e o grau de disciplina imposto ao político eleito (Alesina e Spear, 1988, Tirole, 1996).

As derivadas parciais da função $f(\cdot)$ são $f_c > 0$ e $f_w > 0$. Informalmente, *ceteris paribus*, o partido prefere mais corrupção e mais benefício lícito (Besley, 2006). Contudo, eleitores não votam no partido envolvido com corrupção se têm pleno conhecimento da incidência dela. A opção por não votar no partido pode ser racionalizada de duas formas: eleitores punem o partido apenas para inibir a prática de corrupção (Ferejohn, 1986) ou votam para selecionar melhores partidos, ou seja, usam a informação para atualizar a expectativa quanto à proporção de membros corruptos no partido (Tirole, 1996). De qualquer maneira, a ocorrência de corrupção reduz a probabilidade de o partido ser eleito em eleições futuras. Na nossa formulação teórica, isso pode ser descrito com a seguinte inequação:

$$\frac{\partial P_{t+i}(\cdot)}{\partial C_t} < 0 \quad \forall i > 1$$

A hipótese de que eleitores têm informação perfeita quanto à corrupção realizada é forte e irreal. Na prática, o acesso a informação depende da presença de mídia, da existência de órgãos que fiscalizem a aplicação de recursos e outros fatores (Besley, 2006). Logo, existe alguma incerteza quanto à corrupção ocorrida. Empiricamente, esperamos que a provisão de informação de corrupção reduza a probabilidade de reeleição de partidos políticos quando o político é corrupto.

Se eleitores usam a informação de corrupção para selecionar melhores partidos e não apenas para puni-los, os partidos podem alterar seus comportamentos com respeito ao político para melhorar seu desempenho nas urnas. Por exemplo, partidos podem reduzir o apoio político ou financeiro oferecido a políticos revelados corruptos, tornando menos atrativo ao político a troca de legenda, pois a recompensa dada a ele será menor. De fato, Desposato (2006a) mostra que o acesso privilegiado a recursos públicos é a principal motivação dos legisladores brasileiros para trocarem de partidos. Assim, partidos deixam de oferecer benefícios quando os eleitores têm mais informação a respeito da corrupção do político, melhorando a percepção da qualidade do partido. Empiricamente testaremos se partidos penalizam corruptos. Caso políticos internalizem esse comportamento, partidos contribuiriam para disciplinarem políticos. Ou seja, o

político ao cometer o ato ilícito sabe que será punido por partidos se a população descobrir. Isso aumenta o custo privado do político em cometer a corrupção. Conseqüentemente, partidos disciplinam corruptos.

Além de alterar o comportamento de partidos com respeito a políticos corruptos, a informação pode modificar o perfil do candidato em eleições futuras. Quanto mais informados os eleitores estiverem da corrupção cometida na gestão passada, menor é a probabilidade de o partido reeleger seus candidatos. Entretanto, o benefício em si com a conquista do cargo não se altera, ou seja, o benefício de vencer a eleição é o mesmo independente do grau de informação dos eleitores sobre a gestão passada. Dado a redução do benefício esperado de obter o cargo, é possível que o partido envolvido com a corrupção não apóie candidato algum ou, caso participe das eleições, consiga apoiar apenas um candidato que tenha alternativas piores de carreira (por exemplo, seria difícil atrair um candidato bem-sucedido em sua área original de atuação).